

Diretrizes para o programa de governo da Frente Popular de Pernambuco.

Este documento representa o ponto de partida para a construção do Programa de Governo da Frente Popular de Pernambuco, com as candidaturas de Paulo Câmara e Raul Henry, e tem como propósito apresentar os compromissos assumidos para a nova etapa do ciclo de desenvolvimento em curso no Estado de Pernambuco.

A experiência acumulada pelo conjunto de partidos políticos, movimentos sociais e colaboradores da Frente Popular de Pernambuco, na formulação, implantação e controle social de políticas públicas, programas, projetos e ações governamentais, constitui importante ativo para a construção das referências programáticas e premissas a serem avaliadas e desenvolvidas.

Do mesmo modo, apresenta-se como relevante diferencial, a experiência adquirida com a implantação de um modelo de gestão democrático, participativo, com foco em resultados, que permitiu avançar na profissionalização da administração pública estadual, determinante para o sucesso do Governo Eduardo Campos – João Lyra de 2007 a 2014.

Assim, os compromissos ora apresentados serão detalhados no Programa de Governo da Frente Popular de Pernambuco que será construído de forma coletiva, consolidando e organizando a experiência acumulada e as contribuições que serão obtidas por diversos canais de comunicação e discussão: canais digitais na página oficial da campanha, redes sociais, seminários, grupos de discussão, reuniões setoriais, plenárias e contribuições individuais.

O Programa de Governo, submetido à aprovação no processo eleitoral, será adotado como referência para o planejamento da gestão pública estadual, estabelecendo as bases para o monitoramento intensivo de objetivos, prioridades, metas e prazos, viabilizando, assim, o rigoroso cumprimento de cada um dos compromissos assumidos.

A próxima etapa do “Novo Pernambuco”

Pernambuco vive um momento privilegiado de sua história, com crescimento econômico acima da média nacional, grande volume de investimentos em andamento, significativa alteração em seu tecido produtivo e redução dos desequilíbrios e desigualdades regionais e sociais.

Este tempo permite estruturar a consolidação de um projeto de sociedade mais justa e humanizada, capaz de proporcionar oportunidades para uma vida digna, saudável e produtiva, ao alcance de todos.

A vinculação da ação presente com um projeto de futuro demarca, por sua vez, um campo político comprometido com a eliminação das injustiças, com o combate ao preconceito e a

discriminação, e com a redução das desigualdades sociais e econômicas. Um alinhamento que define uma evidente prioridade para aqueles que mais precisam de suporte, apoio e proteção do poder público, pavimentando o caminho para o exercício pleno da cidadania, com autonomia e liberdade.

Os compromissos, valores e práticas que inspiram e animam as pessoas engajadas neste projeto, reafirmam e aperfeiçoam uma trajetória de luta política e social pela emancipação do nosso povo. Constroem uma identidade que marca a história da Frente Popular de Pernambuco.

O resgate desta identidade é fundamental para preservar a coerência e lealdade com esta luta, necessária enquanto houver injustiça e desigualdade, desequilibrando as oportunidades entre as pessoas, em função de sua origem étnico-racial, condição social, gênero, idade, opção religiosa, política, sexual ou de opinião.

Uma adequada compreensão dos principais desafios a serem superados na próxima gestão estadual constitui uma base fundamental para a definição do projeto que será apresentado ao povo pernambucano. Em 2006, foi aprovado o projeto para construção de um “Novo Pernambuco” diante da necessidade de um novo ciclo de desenvolvimento capaz de gerar oportunidades e acesso a qualidade de vida para todos. Em 2010, diante dos avanços conquistados, foi referendada a importância de continuidade do projeto, cujas principais frentes estavam em execução.

Para 2014, a Frente Popular de Pernambuco avalia que é preciso garantir e consolidar o que foi conquistado, avançando para um novo patamar de desenvolvimento sustentável e equilibrado. A realidade de Pernambuco mudou, o que exige a construção de uma nova etapa, preservando o modelo de governança que dá certo, mas com capacidade de inovar, transformar, construir e realizar uma visão de futuro. Atualmente, a sociedade passa por transformação, exigindo um novo perfil de gestor, um novo padrão de qualidade para os serviços públicos e uma maior participação social nas decisões.

Com a aprovação popular da gestão estadual, do novo perfil de liderança e com o sucesso do modelo de governança comprovado com resultados, gera-se a convicção de que é possível avançar no caminho certo. A capacidade de responder aos novos desafios, gerados por um novo patamar alcançado, em um novo tempo, com um novo ritmo, resume o compromisso e a responsabilidade em oferecer um novo projeto para o “Novo Pernambuco que Avança”.

Desenvolvimento Sustentável de Pernambuco

Para orientar o processo de transição rumo a uma nova configuração de estrutura social e econômica, alguns elementos são destacados. A dinâmica decorrente da estabilidade macroeconômica e da rede de distribuição de renda e proteção social, combinada com a

desconcentração nacional de investimentos estruturadores, gerou um ambiente que foi mais bem aproveitado, em Pernambuco, pela combinação de diferenciais que foram construídos ou aperfeiçoados pelo Governo do Estado.

Foi instalado um ritmo intenso de investimentos em infraestrutura logística, recuperação e ampliação da rede de equipamentos públicos diferenciados, sistema de incentivos e cumprimento de contrapartidas. Em consequência, ampliou-se a atratividade para investimentos na modernização de atividades econômicas tradicionais, impulsionadas pelo fortalecimento do mercado interno (alimentos e bebidas, comércio moderno, construção civil, dentre outras), ao tempo em que foram instaladas plantas relacionadas a novos arranjos produtivos (petroquímica, naval, eólica, automobilística, farmacoquímica).

A força da economia pernambucana, com taxas de crescimento superiores às nacionais, esteve, nesta etapa, impulsionada pelo volume de investimentos e seus reflexos no mercado de trabalho e efeito renda, acelerando, também, o esforço de desconcentração territorial dos investimentos.

De outro modo, um dos grandes desafios tem sido a qualificação da mão de obra, ainda nos níveis básico e intermediário de formação, dado o estágio de implantação dos empreendimentos que irão demandar, no futuro próximo, uso intensivo de tecnologia e capital humano especializado.

Para a próxima etapa deste ciclo virtuoso de desenvolvimento o que se apresenta é uma mudança de padrão, decorrente da transformação da base produtiva, estimulando a demanda por serviços modernos para soluções de suporte à produção. As novas atividades não ficarão restritas à simples condição de “enclaves” se forem integradas a uma cadeia de valor, para trás e para frente, articulando localmente sua rede de fornecedores e consumidores de bens e serviços, em condições de competitividade global, amplitude de articulação deste porte de atividade econômica.

Garantir o desenvolvimento de todas as regiões do Estado, reequilibrando uma relação historicamente desigual entre o Interior e a Região Metropolitana do Recife, também se apresentou como um foco prioritário do Governo. Não é possível avançar sem que os resultados do crescimento sejam compartilhados por todos, o que implica alcançar a população das pequenas e médias cidades e das áreas rurais. Daí a ação estratégica e planejada, adotada a partir de 2007, no intuito de que os ventos do crescimento econômico alcançassem todas as regiões do estado.

Novos investimentos serão necessários para dar prosseguimento à implantação e requalificação da infraestrutura logística, de bens e serviços que garantem os padrões de competitividade exigidos, sistema viário, abastecimento de água, energia, armazenagem, consultoria, formação e qualificação técnica e profissional, dentre outros.

Para que os efeitos desta integração produtiva alcance todas as regiões do estado e estratos sociais, com o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, serão priorizadas as políticas públicas de apoio aos empreendimentos de menor porte, microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas, agricultura familiar, empreendimentos da economia popular e solidária. Cabe ressaltar que esse conjunto de empreendimentos se destaca tanto pela contribuição ao desenvolvimento social (combate à pobreza, geração de ocupação e renda, dentre outros), como pelo enorme potencial econômico, exercendo um papel fundamental na redistribuição da riqueza estadual.

Levando em conta o mapeamento do Estado e seus potenciais locais específicos, bem como as articulações possíveis entre territórios, foi aberto um novo olhar para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado com sustentabilidade ambiental, iniciando um processo estruturado para políticas de prevenção e de convivência com o semiárido.

Os níveis de competitividade serão determinados pela capacidade de produzir inovação de produtos, processos e gestão na intensidade necessária, gerando maior valor agregado em pesquisa, desenvolvimento, tecnologia e conhecimento embarcados. Consolidando um novo modelo de consumo responsável, gestão sustentável dos recursos naturais, eficiência energética, preservação e proteção do patrimônio e ativos históricos, culturais, ambientais e paisagísticos. O capital humano capaz de constituir um ativo que permita esta alavancagem, terá que incorporar ao conceito de habilidade profissional novos talentos de criatividade, solução de problemas e trabalho em equipe.

Qualidade dos serviços públicos, para melhorar a vida das pessoas

Dentre as oportunidades geradas pelo aumento da força econômica do estado, com aumento dos recursos disponíveis para investimentos públicos, destaca-se a condição existente para o salto de qualidade na prestação dos serviços públicos essenciais. Os avanços obtidos com o intenso investimento na estruturação da rede de equipamentos públicos, estabelecendo padrão de qualidade mais compatível com o compromisso de prover condições dignas para a população que mais precisa deste atendimento, reconfigurou a presença do estado com meios de atuação mais adequados.

Na educação e na saúde, as melhores condições para o ambiente de aprendizagem, atenção básica e atendimento precisam ser traduzidas no dia-a-dia da população, acelerando a evolução dos indicadores de desempenho e oferecendo o que já pode ser adquirido no setor privado, permitindo a universalização do acesso a serviços e informações de alto padrão, como a universalização da oferta de escolas de referência (tempo integral) e escolas técnicas profissionalizantes.

O modelo para o programa estadual de segurança pública, o Pacto pela Vida, tem como importante âncora a articulação e integração de atores e instituições, o que demanda uma

liderança permanente, firme e determinada, razão do sucesso obtido em sua execução, sendo Pernambuco o único Estado da Federação que reduziu o número de homicídios por sete anos consecutivos.

Pode-se afirmar que o sentimento de insatisfação expressado nas manifestações de rua, em todo o país, vem sendo alimentado pela percepção de baixa qualidade dos serviços e equipamentos públicos, decorrentes de práticas políticas e gerenciais inadequadas. Em Pernambuco, as pesquisas evidenciam o reconhecimento pelos investimentos em obras e ações que mudaram a realidade dos equipamentos públicos e da infraestrutura estadual, mas que ainda persiste uma forte demanda por qualificação dos serviços prestados, em função do passivo histórico acumulado.

Inovar e avançar ainda mais na qualidade do ensino, marcação de consultas e cirurgias, tempo de atendimento, segurança, são alguns exemplos do que é verbalizado de forma espontânea pela população. Apontam para um desafio de mudanças no padrão de gestão dos serviços, qualificação dos profissionais e uso intensivo de tecnologia para permitir acesso e controle nos níveis necessários.

A preocupação com a qualidade da urbanização da sociedade brasileira, a exemplo do que acontece no mundo, é hoje uma realidade em nosso País. Os grandes centros reúnem cada vez mais pessoas, o que amplia a necessidade de ordenar e requalificar os espaços urbanos, gerando ambientes comuns de inclusão social, concorrendo para a realização do conceito de “cidades saudáveis”.

O governo estadual vem multiplicando a capacidade de mobilizar recursos para os investimentos nas condições de habitabilidade e mobilidade urbana, com ênfase na Região Metropolitana do Recife e cidades-polo, seguindo um planejamento de desconcentração dos centros dinâmicos regionais.

A estratégia de universalizar o acesso à água e ao esgotamento sanitário orienta ações que atuam na expansão e na melhoria da qualidade da oferta hídrica, suprimindo carências que se acumulam com o tempo. O objetivo é perseguir um horizonte de acesso hídrico tanto para seu uso residencial e comercial, concretizando as novas etapas no cronograma para universalização do saneamento, garantindo abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado, com integração dos sistemas e tecnologias que irá melhorar de forma substancial a saúde ambiental dos pernambucanos.

Políticas Sociais

No caminho da consolidação das políticas e ações implantadas, voltadas para a superação da condição de vulnerabilidade socioeconômica e para o resgate de pessoas em situação de extrema fragilização, deve-se priorizar o papel de articulação com as esferas federal e

municipal, que dividem responsabilidades e atribuições, garantindo a sua distribuição no território estadual.

Busca-se a ampliação do sistema de garantia de direitos e proteção social para pessoas em condição de vulnerabilidade ou risco, com destaque para o combate ao flagelo das drogas, estabelecimento de políticas afirmativas de inclusão socioeconômica e combate ao preconceito e à discriminação.

Os compromissos para a garantia e efetivação de direitos, incorporando os conceitos e ações que concorrem para a consolidação da democracia e a conquista de uma sociedade capaz de gerar oportunidades para todos, assumem o papel protagonista da luta das mulheres por uma nova relação social, econômica e cultural, superando desigualdades, violência, preconceito e discriminação ainda existentes.

As políticas públicas e ações voltadas para a infância e a juventude alcançarão as diversas áreas de atuação do governo, garantindo a transversalidade necessária para um ambiente saudável e estimulante para as crianças e os jovens, gerador de inovação e oportunidades.

Com o aumento da expectativa de vida e as mudanças em curso no perfil demográfico, as estruturas de atendimento e serviços devem ser adequadas a uma população mais idosa, com a reorientação de prioridades e procedimentos.

O conceito de acessibilidade vem sendo ampliado e aperfeiçoado para incorporar uma visão crítica do modelo de reservar espaços adaptados para pessoas com necessidades específicas, o que muitas vezes acaba reforçando a segregação que ratifica e alimenta preconceitos. Os ambientes precisam ser preparados para acolher, tanto quanto possível, todas as pessoas, com suas diferentes características e repertórios físicos e mentais. Esta dimensão universalizante deve, portanto, ser perseguida nos projetos e ações do setor público, inclusive por seu caráter educativo.

A ocorrência de manifestações de violência contra pessoas em razão de seu comportamento e orientação sexual revela a face de intolerância e injustiça, incompatíveis com a democracia e o estado de direito. Esta realidade, visível e oculta, deve ser enfrentada com políticas públicas e instrumentos institucionais adequados. Permanece o desafio, na consolidação da democracia brasileira, de garantir igualdade de oportunidades e respeito às diferenças decorrentes da condição de gênero, orientação sexual, grupo étnico-cultural, crenças religiosas, filosóficas, dentre outras.

Deve-se dar continuidade e ampliar o esforço permanente de consolidar programas e ampliar ações de combate ao preconceito e discriminação, fortalecendo os instrumentos para emancipação socioeconômica, integração social e afetiva, promoção da identidade cultural, espaços de convivência e prática de esportes e lazer.

Será fundamental prosseguir no aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social das políticas transversais de garantia de direitos, proteção e emancipação social, com integração de recursos, planejamento e execução.

Uma gestão moderna, inovadora, integradora e transformadora

O povo de Pernambuco está diante da oportunidade de definir o projeto que irá mobilizar, coordenar e conduzir esta nova etapa, desafiadora e definidora do futuro que podemos construir, no ritmo necessário para superar o passivo social acumulado e aproveitar o potencial instalado neste ciclo que se renova.

Que seja capaz de inspirar segurança e confiança para a manutenção do roteiro que vem orientando a construção dos alicerces do novo ciclo de desenvolvimento. Garantindo a continuidade do que já é percebido como conquista da sociedade, uma nova forma de governar, a preservação do modelo de gestão com os aperfeiçoamentos que forem necessários, associando o projeto de governo à consolidação de um processo de profissionalização da gestão pública e implantação da cultura da meritocracia, tornando-o irreversível.

Que amplie e fortaleça parcerias com os gestores públicos municipais, compartilhando, inclusive, essa nova forma de governar, com a disponibilização de ferramentas e incentivos necessários à modernização da administração pública municipal. Com esse desafio, um escritório de projetos será estruturado pelo governo estadual e compartilhado com os municípios, fortalecendo o alinhamento estratégico entre a ação do estado e as demandas locais, agilizando, qualificando e reduzindo os custos na implementação de ações concretas em benefício de toda a sociedade.

Governar com transparência, responsabilidade fiscal, controle social e compromisso com a participação popular nas definições de prioridades e no exercício de avaliação permanente das ações e do controle social por seus destinatários. Este patrimônio foi incorporado na história política recente do estado, sob a liderança de Eduardo Campos, indicando a responsabilidade por sua preservação como condição para os avanços futuros.

Conquistando o respeito de uma gestão que detém conhecimento técnico, experiência gerencial e capacidade de comando, a sociedade não consegue mais aceitar a ausência de técnicos para monitorar de perto as ações, cobrar, fiscalizar e prestar contas, garantindo o uso intensivo das ferramentas do mundo digital para o constante acompanhamento e participação da sociedade, conectada em rede e em tempo real. Incorpora também uma reconhecida capacidade de cuidar das etapas de elaboração de projetos, de agilizar a tramitação, de dar velocidade nas respostas, executar e monitorar os cronogramas físicos e financeiros. Como em qualquer grande organização, a liderança determina o ritmo e a intensidade destas etapas.

O compromisso com uma visão de futuro busca a inovação necessária para “fazer mais e melhor, mais rápido e de um jeito diferente”, com a flexibilidade requerida por um mundo em

constante e intensa transformação. Precisa estar sintonizado com a imagem de um estado que se estrutura para mudanças qualitativas, avançando no padrão de modernidade e inovação, articulado e competitivo em escala global. Precisa ainda expressar as condições de liderar o avanço do modelo de desenvolvimento em bases sustentáveis, com uma agenda que integra justiça social, equilíbrio ambiental e empreendedorismo.

Atuar nestes desafios viabiliza o alicerce para a realização do projeto de sociedade que mobiliza este conjunto político. Sua concretização virá da capacidade técnica e política, com uma clara orientação para distribuir seus efeitos por todas as regiões e segmentos da sociedade. Pernambuco precisa continuar avançando.